

Costa Cavalcanti encerra o Congresso Indigenista

Da Sucursal de Brasília

O VII Congresso indigenista Interamericano apresenta um marco na solução da problemática indígena continental, disse ontem o ministro do Interior, Costa Cavalcanti, no encerramento do encontro. Ressaltou que o Brasil, seguindo ontem e sempre a política do marechal Candido Rondon, tudo tem feito em prol do mais antigo brasileiro: o índio. "O exemplo do encontro de Brasília — afirmou —, onde foram debatidos pontos fundamentais da política indigenista, servirá como base para que em futuros encontros o problema do índio seja enfocado com maior profundidade, buscando-se fundamentalmente uma vida melhor para o indígena americano".

O ministro salientou como uma das mais importantes conclusões do Congresso a recomendação visando à participação direta dos organismos assistenciais ao índio dos projetos de desenvolvimento nacional e regional com vistas à defesa da população indígena. Citou também a recomendação que estabelece técnicos educacionais especiais, com o objetivo de manter vivo, à medida do possível, o idioma original dos índios e também possibilitar seu acesso

aos diversos graus do ensino, inclusive o universitário.

PRINCIPIOS DO INDIGENISMO

O diretor do Instituto Interamericano de Indigenismo, Gonzalo Rubio Orbe, destacou em seu discurso de encerramento do VII Congresso que as resoluções aprovadas no encontro contêm os princípios básicos do indigenismo. "Pela primeira vez — disse — conseguiu-se um corpo de resolu-

ções de acordos que, em forma orgânica, respondem à realidade e necessidades da população indígena selvagem. Em outros congressos foram focalizados vários aspectos da matéria, mas em Brasília o enfoque foi mais unitário, possibilitando a adoção de estratégias para a ação junto às populações indígenas da América".

Para o diretor do III — Instituto Interamericano de Indigenismo — as recomendações e resoluções que pedem a participação direta dos indígenas nas atividades do Instituto e a capacitação mais ampla possível de pessoas e grupos têm a mais alta prioridade porque concordam com a política adotada pelo Instituto. "Os indigenistas do continente — ressaltou — têm lutado pelo direito dos indígenas em se integrarem na vida ativa e no progresso dos nossos povos. Por esse motivo o Instituto cumprirá as decisões do Congresso dentro de suas possibilidades, assegurando medidas e estratégias que evitem imposições ou força na ação e também paternalismos e eufemismos, tão prejudiciais e negativos".

Assinala Rubio Orbe que tem valor particular a resolução que assinala que a integração da população indi-

gena ao desenvolvimento e progresso dos povos americanos, não constitui unicamente problema nacional, mas continental. "O Instituto está lutando para conseguir o ingresso na III dos países que têm população indígena e não são seus membros, como também dos que não possuem estes grupos de forma clara e definida, pois existe uma necessidade urgente de cooperação de todos os países na solução de realidades tão palpantes e críticas como as que confrontam os mais de vinte milhões de indígenas da América".

PENSAMENTO DOS DELEGADOS

Falando em nome dos delegados presentes ao VII Congresso, o padre Emilio A. Martini, da delegação argentina, afirmou que o encontro atingiu os seus objetivos, com trocas de experiências e aprovação de medidas importantes para a causa indígena. "O índio não é nenhuma matéria inerte, material de experimentação ou objeto raro para ser exibido para turistas — disse — ele merece todo o nosso respeito, e a maior indagação que fazemos é exatamente de como conduzir essa população para que ela se integre harmoniosamente na sociedade. Não podemos esquecer as atrocidades que foram feitas com os índios no passado e atualmente buscamos proporcionar ao indígena melhores condições de vida, afastando o paternalismo e buscando soluções objetivas e eficientes".

O padre argentino citou o exemplo do estatuto do índio que está sendo estudado pelo governo brasileiro, como um caminho positivo para a política indigenista brasileira.

TORRE DE MARFIM

"O índio não pode ser encarcerado numa torre de marfim — ressaltou — nem olhado como um objeto estranho. Os governos dos países onde existem grupos indígenas precisam criar condições positivas para que eles se integrem no processo de desenvolvimento da sociedade, participando como indivíduos comuns, dignos de todo o respeito".

"Com os debates do VII Congresso, as delegações presentes levarão para os futuros encontros novas idéias baseadas fundamentalmente na necessidade de se estudar mais detidamente a problemática indígena de cada país americano, o que permitirá, no futuro, a adoção de uma linha comum de ação para todos os países do continente no que se refere a grupos indígenas".

Delegações aprovam a ata final

A ata final do VII Congresso, com 58 laudas, foi aprovada, ontem, na sessão de encerramento dos trabalhos e assinada por 16 representantes das delegações presentes. A maioria das recomendações contidas no documento foi formulada pela delegação brasileira destacando-se, como mais importantes as seguintes: que os governos dos países membros do III considerem como válidos juridicamente aqueles atos praticados por indígenas segundo os padrões normativos de sua cultura; que os governos dos países participantes enviem aos próximos congressos indigenistas interamericanos, delegações mistas integradas por delegados índios e pessoas que realmente conheçam a realidade do silvícola; que os governos da América, proporcionem tratamento especial para facilitar o comércio nacional e internacional dos produtos artesanais; que todos os países membros continuem a lutar para o desenvolvimento econômico e social dos indígenas em detrimento de suas propriedades, herança nativa, cultura, língua, e bem estar econômico; que os órgãos encarregados da aplicação da política indigenista e comunidades indígenas integradas de cada país sejam, em primeiro lu-

gar, consultados quando a planificação e execução dos projetos nacionais, atingirem áreas ocupadas por comunidades indígenas a fim de que sejam garantidos os direitos das mesmas; que os organismos internacionais e regionais continuem colaborando, e, na medida do possível, ampliem suas atividades de cooperação técnica e financeira aos programas nacionais em benefício das populações indígenas, camponesas e selvagens dos países latino-americanos.

Após cinco dias de trabalho, o Congresso terminou com um balanço positivo: politicamente, a delegação brasileira atingiu seus objetivos procurando expor a boa intenção da Funai em resolver os problemas dos índios brasileiros. Agora, as delegações visitarão, acompanhadas de técnicos da Funai, o posto modelo de Barra do Corda, no Maranhão, onde vivem os índios Kuculas, e o Parque Nacional do Xingu.

Canadenses filmam índios Cinta-largas

A delegação canadense apresentou na sessão de encerramento do Congresso um filme de quase 60 minutos, sobre o trabalho de

contato dos índios Cinta-largas e aspectos da vida dos índios Menkranotire do parque Nacional do Xingu. Quase todo o documentário focaliza o sertanista Apoen de Meireles, em seu trabalho junto aos Cinta-largas, e a técnica de atração e pacificação. Os canadenses filmaram, inclusive, a fase do "namoro" de um grupo Cinta-larga, quando apressadamente, os índios tomavam posse dos presentes deixados pelo sertanista em Tapiris, fugindo em seguida para o interior da mata. No filme aparece o sertanista Possidônio Bastos, morto por um grupo de Cinta-largas dois meses após a realização da filmagem.

Um especialista de indigenismo comentava, após a exibição do filme canadense, que enquanto o trabalho de sertanistas brasileiros é elogiado em todo o mundo como exemplo de abnegação e coragem, a Funai procura afastá-los de seus trabalhos, ou mesmo demiti-los, argumentando quase sempre, motivo sem maior importância. "Este é o caso de Apoen Meireles — afirmou — agora ameaçado inclusive de demissão, por denunciar constantes falhas na política indigenista aplicada pela Funai".